

ATA NÚMERO 160/XII (3.ª)

Aos dezanove dias do mês de março de 2014, pelas 11 horas e 5 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 4, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1 — Audição do Gabinete para os Meios de Comunicação Social, representado por Pedro Berhan da Costa, no âmbito da discussão na especialidade das propostas de lei n.ºs 194, 195 e 196/XII (3.ª);
- 2 — Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição do Presidente do Conselho de Administração da RTP, Alberto da Ponte, sobre a interrupção da emissão da RTP Internacional;
- 3 — Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para audição da Subcomissão de Trabalhadores da RTP Açores e da Subcomissão de Trabalhadores da RTP Madeira, no âmbito da discussão na especialidade das propostas de lei n.ºs 194, 195 e 196/XII (3.ª);
- 4 — Apreciação da nota de admissibilidade e nomeação do relator da petição n.º 348/XII (3.ª) — Apresentada por Paulo Jorge Santos Figueiredo, solicitando à Assembleia da República que as condições remuneratórias dos titulares de cargos políticos sejam transparentes e publicitadas e que sejam criadas coimas para os que não respeitarem essas obrigações, sugerindo que a Presidente da Assembleia da República crie um grupo de trabalho, com composição mista (magistrados e cidadãos independentes), que crie regras nesta matéria:

Relator (a): Deputado(a) (PS);

—

Pelo facto de o Senhor Presidente, Deputado Mendes Bota, se encontrar ausente em trabalho parlamentar, a presente reunião foi presidida pelo Senhor Vice-Presidente, Deputado Jacinto Serrão.

Dando início à audição, o Senhor Presidente em exercício da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação deu as boas-vindas ao Diretor do Gabinete para os Meios de Comunicação Social, Dr. Pedro Berhan da Costa, e explicou a metodologia dos trabalhos.

Na sua intervenção inicial, o Diretor do Gabinete para os Meios de Comunicação Social começou por referir que receava frustrar as expectativas dos Senhores Deputados, designadamente dos requerentes (Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP), relativamente ao depoimento que ia prestar.

Disse que, das treze entidades elencadas no requerimento apresentado, o Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS) era o único serviço da administração direta do Estado, vulgo, uma direção-geral da Administração Pública; que ao Governo, órgão superior da Administração Pública, competia, no exercício das funções administrativas, dirigir os serviços e a atividade da administração direta do Estado; que o GMCS tinha por missão apoiar o Governo na conceção, execução e avaliação das políticas públicas para o setor; que, nas propostas de lei em análise, o que estava em causa era justamente a política pública para o setor da comunicação social; que o GMCS já tinha tido oportunidade, quando a tutela política o solicitou, de se debruçar e de se pronunciar sobre as mesmas; que, do seu ponto de vista, o diretor-geral de um serviço da Administração Pública dificilmente poderá expressar uma opinião diversa da consagrada num determinado diploma; que o GMCS também já tinha tido oportunidade de se manifestar sobre o contrato de concessão do serviço público de rádio e televisão, pelo que o seu tempo já se tinha esgotado.

Referiu igualmente que, em articulação com o membro do Governo que tutela esta área, gostaria de se debruçar sobre duas questões.

A primeira tinha a ver com a criação de novos serviços de programas em televisão, matéria consagrada nos novos estatutos da RTP, que estabelecem que essa criação é da competência do novo Conselho Geral Independente (CGI). Disse que, em novembro, quando se pronunciou sobre o novo modelo de contrato de concessão de serviço público, o GMCS teve oportunidade de transmitir à tutela política que a Comissão Europeia estabeleceu, de acordo com orientações de uma comunicação de 2009, que deve haver uma consulta prévia feita por um órgão independente que garanta que a criação desses serviços satisfaz uma série de objetivos e requisitos, e que a solução do Governo tinha sido a de atribuir essa competência precisamente ao CGI.

A segunda questão tinha a ver com o protocolo celebrado em 2003 entre a RTP, a SIC e a TVI, em que ficou estabelecido que a RTP só teria 6 minutos de publicidade por hora na RTP1. A RTP prescindiu de mais tempo de publicidade e, em contrapartida, os operadores privados concederam-lhe uma série de benefícios.

Na primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Maria da Conceição Caldeira (PSD), Pedro Delgado Alves (PS) e Pedro Morais Soares (CDS-PP).

A Senhora Deputada Maria da Conceição Caldeira (PSD) colocou questões sobre o novo modelo de governança da empresa; a criação do CGI e as suas competências; as suspeitas de governamentalização; o balanço das propostas de lei em discussão; e as medidas respeitantes ao sistema de incentivos do Estado à comunicação social, designadamente, o incentivo ao desenvolvimento do multimédia e à qualificação e desenvolvimento de recursos humanos.

O Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) começou por sublinhar que a lei orgânica do GMCS estabelecia que uma das suas funções era precisamente a de avaliar a implementação de políticas públicas, e daí poder ser útil levantar uma série de questões, até pelo diagnóstico que se pretende fazer em Comissão em sede do debate na especialidade destas propostas de lei; e, quanto à avaliação que o GMCS tem vindo a fazer das políticas públicas para o setor, disse que havia duas questões fundamentais que importava clarificar e que tinham a ver, por um lado, com o modelo de governação e, por outro, com o financiamento.

Em relação ao novo modelo de financiamento, assente exclusivamente na CAV e nas receitas publicitárias, questionou se ele poderá ou não ser suficiente, e sobre o modelo de governação e o CGI perguntou se estavam ou não diagnosticadas pelos agentes do sector as questões relativas à governação, à transparência e à ingerência ou não da tutela política como sendo particularmente preocupantes.

Perguntou, igualmente, em que medida é que o papel do serviço público de rádio e de televisão, e um eventual reforço da autonomia ou da capacidade dos meios dos Centros Regionais dos Açores e da Madeira, podem também ser uma mais-valia representativa para a restante comunicação social, nomeadamente para a imprensa escrita e rádio.

O Senhor Deputado Pedro Morais Soares (CDS-PP) colocou questões sobre o CGI, as vantagens desse novo modelo de governança e o financiamento.

O Senhor Diretor do Gabinete para os Meios de Comunicação Social respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados, no seguimento das respetivas intervenções, tendo dito que, tal como já tinha referido, não expressava qualquer opinião sobre o novo modelo de governação da RTP nem acerca das propostas de lei em análise.

Quanto ao atual regime de incentivos do Estado à comunicação social, disse que o Governo já tinha anunciado a sua intenção de rever esse regime, e que o GMCS já tinha dado ao Governo os seus contributos em relação a esta matéria.

Na segunda ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Delgado Alves e Agostinho Santa (PS), tendo o Diretor do Gabinete para os Meios de Comunicação Social respondido no final em bloco às questões colocadas.

A reunião foi integralmente gravada em suporte audio e encontra-se disponível em <http://www.canal.parlamento.pt/>, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a audição terminou às 11 horas e 50 minutos, após o que se deu início à reunião ordinária da Comissão.

No âmbito do segundo ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente em exercício deu a palavra à Senhora Deputada Cecília Honório (BE), que referiu que a interrupção da RTP Internacional durante um período de 24 horas, alvo de denúncia imediata por parte dos cidadãos portugueses, e sobre a qual até hoje ainda não foi dada uma explicação razoável, merecia uma justificação rápida por parte do responsável pela gestão da RTP. E, como não paravam de surgir sinais de alerta sobre o desconforto, o desnorte, a inevitabilidade do despedimento coletivo e de situações incompreensíveis, o Grupo Parlamentar do BE gostaria de ouvir no Parlamento o Presidente do Conselho de Administração da RTP explicar todas estas situações.

O Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) usou da palavra apenas para salientar que o Grupo Parlamentar do PS acompanhava o requerimento e a preocupação manifestada pela Senhora Deputada Cecília Honório (BE).

O Senhor Deputado Sérgio Azevedo (PSD) referiu que o Grupo Parlamentar do PSD iria votar a favor do requerimento, desde que essa audição só tivesse lugar após todas as outras que se irão realizar acerca do debate na especialidade das propostas de lei.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

O Senhor Deputado Pedro Morais Soares (CDS-PP) disse que o seu grupo parlamentar também iria votar a favor do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, manifestando também o seu apoio àquilo que tinha sido dito pelo Senhor Deputado Sérgio Azevedo.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente em exercício submeteu à votação o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, que foi aprovado por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do PCP.

Entrando no terceiro ponto da Ordem do Dia, o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para audição da Subcomissão de Trabalhadores da RTP Açores e da Subcomissão de Trabalhadores da RTP Madeira foi aprovado por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do PCP.

No âmbito do último ponto da Ordem do Dia, a nota de admissibilidade da petição n.º 348/XII (3.ª) foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do PCP.

Por último, o Grupo Parlamentar do PS informou que o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) seria o relator da referida petição.

Nada mais havendo a tratar, a reunião terminou às 12 horas e 15 minutos.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e encontra-se disponível em http://srvvideo3/site/XIILEG/3SL/COM/12-CPECC/CpECC_20140319.mp3, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Palácio de São Bento, 19 de março de 2014

O VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO

(JACINTO SERRÃO)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa
Ana Oliveira
André Pardal
Cecília Honório
Hermínia Azenha
Inês de Medeiros
Isabel Oneto
Jacinto Serrão
João Portugal
Maria da Conceição Caldeira
Mónica Ferro
Paulo Almeida
Pedro Delgado Alves
Rosa Arezes
Sandra Pontedeira
Sérgio Azevedo
Francisca Almeida
João Figueiredo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Lídia Bulcão

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carla Cruz
Mendes Bota



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Raúl de Almeida

A presente ata foi aprovada, por unanimidade, em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 28/05/2014, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do PCP.